



Imprimir



Fale Conosco

Zoom+
Zoom-Edições
Anteriores

Busca

ANO V - Número 56
Brasília, 10/10/2011

Mulheres em Pauta

Campanha "Mais Mulheres no Poder. Eu assumo este compromisso!"



Está na internet, desde quarta-feira (10/09), o site www.maismulheresnopoderbrasil.com.br, peça integrante da campanha "Mais Mulheres no Poder. Eu assumo este compromisso!", promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e pelo Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, com o apoio da SPM. O site é dinâmico, apresenta a plataforma Mais Mulheres no Poder, estudos e pesquisas, dados estatísticos, notícias, spots de rádio, etc. Confira!



Plataforma eleitoral I

A campanha nacional "Mais Mulheres no Poder. Eu assumo esse compromisso!" foi lançada no dia 27 de agosto com a distribuição de plataforma eleitoral para candidaturas de homens e mulheres e veiculação de spots de rádio para incentivo à participação política das mulheres. A eleição de mais mulheres nos espaços legislativos e executivos municipais é um dos objetivos da campanha. A campanha pretende ser permanente e incidir nos espaços de poder e decisão da iniciativa privada, dos poderes públicos e em áreas estratégicas da sociedade através de ações que promovam a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres, como determina o [II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres](#).



Plataforma eleitoral II

A plataforma eleitoral discutida e aprovada pelo CNDM e Fórum elenca políticas a serem incorporadas nas plataformas de candidatas e candidatos identificados com o enfrentamento ao racismo e ao sexismo e com os princípios da igualdade e respeito à diversidade. Será distribuída para os candidatos e candidatas de todos os partidos. ([ver arquivo em pdf](#))



Eleições municipais

De acordo com a União Interparlamentar, organização internacional que congrega os parlamentos dos países, o Brasil ocupa o 142º lugar em relação à presença de mulheres nos parlamentos, num ranking de 188 nações.

AGENDA

Internacional

Em outubro, a ministra Nilcéa Freire participa de dois encontros internacionais. O primeiro deles é o VI Encontro de Mulheres Líderes Ibero-americanas, que ocorre de 6 a 9 de outubro, em Madri (Espanha). O outro, é o Fórum de Mulheres do IBAS - Índia, Brasil e África do Sul, que acontece nos dias 13 e 14, em Nova Deli (Índia) antecedendo a Cúpula Presidencial que ocorrerá nos dias 15 e 16.



ACONTECEU

Retratos da desigualdade

A SPM, o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e o Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher) apresentaram nesta terça-feira (09/09) os primeiros resultados da terceira edição da pesquisa "Retrato das desigualdades de gênero e raça", que compara microdados das Pnads 1996 e 2006. Entre outros destaques, a

Levantamento realizado pela SPM, com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), demonstra que nenhum partido cumpriu a cota mínima de 30% de mulheres no total de candidaturas para as câmaras municipais, prevista pela Lei nº 9504/97, no atual processo eleitoral. [Ver levantamento completo.](#)



Licença-maternidade

O presidente Lula sancionou, no dia 09 de outubro, a [Lei 11.770/08](#) que cria o programa Empresa Cidadã e amplia de quatro para seis meses a licença-maternidade. Os dois meses adicionais de licença, no entanto, são facultativos, ou seja, a empresa adere se quiser e, para aderir, precisa se inscrever no Programa Empresa Cidadã. Sem adesão, a licença-maternidade permanece em 120 dias. A legislação também prevê o benefício para a administração pública direta, indireta e fundacional mediante regulamentação. Durante a licença, a empresa se torna responsável pelo pagamento do salário-maternidade dos dois meses adicionais da licença, mas pode abater integralmente na declaração do imposto de renda do ano posterior. Para ter a licença maior, a trabalhadora terá que solicitá-la até o final do primeiro mês após o parto.



Licença-maternidade no serviço público

A regulamentação da licença-maternidade para seis meses no serviço público federal será feita por Grupo de Trabalho Interministerial (GTI). Essa é a proposta da ministra Nilcéa Freire, da SPM, para normatizar as situações de concessão do benefício às gestantes e a servidoras em processo de adoção. "Daqui até o final do ano estaremos trabalhando para regulamentar a prorrogação da licença-maternidade dentro do serviço público federal", disse a ministra ao sugerir a incorporação da SPM, Casa Civil e ministérios da Fazenda, Previdência Social e Saúde ao GTI.



Objetivos do Milênio I

No dia 22, Nilcéa participou do "Africa Women's Forum", como debatedora no evento promovido pelo Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM). O Fórum discutiu a saúde e o empoderamento da população feminina, incluindo a melhoria do acesso à saúde reprodutiva e o foco na saúde materna, que é o 5º Objetivo do Milênio. Na ocasião, a ministra falou sobre os Objetivos do Milênio (ODM), da dívida brasileira com a África e os projetos de cooperação Sul-Sul. Nesta quarta-feira (24/09), a ministra representa o presidente Lula no jantar de trabalho do "Network of Global Leaders", sobre os ODM, a convite do primeiro-ministro da Noruega, com participação dos presidentes do Chile, Libéria, Moçambique e Tanzânia. Ela vai fazer uma explanação sobre mortalidade materna.



Objetivos do Milênio II

No dia 25, Nilcéa Freire participa do "Terceiro Encontro das Mulheres Líderes", que tem como tema "Mulheres líderes fazem a diferença",

pesquisa "Retrato" aponta que cresce a proporção de mulheres chefiando famílias formadas por casais com filhos; que a população negra sofre com uma média de anos de estudo inferior à da população branca; que os negros entram antes e saem mais tarde do mercado de trabalho e ainda aposentam com pensões menores; que o trabalho doméstico é persistente e majoritariamente feminino, negro e informal (sem carteira assinada) e que, apesar da melhora da renda média de negros e mulheres, o homem branco - que perdeu renda na última década - ainda ganha mais. [Leia a íntegra da pesquisa.](#)



Programa Pró-Equidade de Gênero I

De 3 a 5 de setembro, a SPM realizou, em Brasília, a Oficina "Programa Pró-Equidade de Gênero: Oportunidades Iguais, Respeito à Diferença". A oficina teve como objetivo contribuir com a formação das coordenações das organizações participantes do Programa Pró-Equidade de Gênero, valorizando as experiências e vivências com as práticas desenvolvidas no mundo do trabalho. O evento foi produzido pela SPM e pela Organização Internacional do Trabalho

convocado pela secretária de estado norte-americano Condoleezza Rice. Em seguida, ela estará presente ao evento "Commitment to Progress for Mothers, Newborns and Children", organizada pelo Chile, Finlândia e Tanzânia. À tarde, Nilcéa participa do almoço de trabalho a respeito do 3º ODM: "Igualdade de Gênero e Fortalecimento do Papel da Mulher: Pré-requisito para Atingir todos os ODM até 2015", a convite dos Governos da Dinamarca e da Libéria.



Caso Nariman I

A paranaense Nariman Osman Chiah e seu filho de 6 anos acordaram nesta quinta-feira (11/9) de um pesadelo, após esperar mais de um mês até reencontrar a família. Para se ver livre das ameaças do marido libanês Ahmed Holeihel, ela fugiu com o filho, atravessou ilegalmente a fronteira do Líbano e, na Síria, onde encontrou abrigo na Embaixada brasileira, conseguiu legalizar os passaportes para seguir viagem ao Brasil. Grávida de cinco meses de uma menina, a brasileira acusa o marido, com quem se casou no Líbano quando tinha 14 anos, de maus-tratos e de ameaça de morte. Desde que foi morar no Líbano no início do ano, Nariman sofria agressões físicas e verbais de seu marido. Para fugir dessa violência, em julho, ela foi impedida de embarcar no aeroporto de Beirute para retornar ao Brasil. De acordo com as autoridades locais, ela e o filho foram impedidos de deixar o Líbano por causa de um documento emitido por um tribunal religioso ligado ao grupo xiita Hizbollah.



Caso Nariman II

No dia 1º de agosto, a SPM enviou aviso ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) solicitando que providências fossem tomadas para garantir que Nariman e seu filho retornassem ao Brasil com segurança. No aviso, a ministra Nilcéa Freire, da SPM, coloca-se à disposição para que se encontre uma solução adequada ao caso e que seja garantido à Nariman uma vida sem violência.



Pesquisas científicas na área de gênero

Foi aberto no dia 05/09 o edital CNPq de apoio a projetos de pesquisa no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismo. São destinados R\$ 5 milhões, o que corresponde ao crescimento de 416% dos recursos do governo federal em relação ao último edital. Os recursos foram destacados pela SPM, Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Os projetos podem focar questões do campo e da floresta e temáticas que formatam o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. As propostas devem ser apresentadas, até 20 de outubro, sob a forma de projeto de pesquisa e encaminhadas ao CNPq exclusivamente via Internet, por intermédio do Formulário de Propostas Online, disponível na Plataforma Carlos Chagas: <http://carloschagas.cnpq.br/>. [Confira o Edital](#)



Fetos anencéfalos I

(OIT). Participaram da abertura, a subsecretária de Articulação Institucional da SPM, Sônia Malheiros Miguel, que na ocasião representou a ministra Nilcéa Freire, a coordenadora da área do trabalho da SPM, Eunice Léa de Moraes, a assessora do Ministério do Trabalho e Emprego, Leonor Costa, a analista de Orçamento e Planejamento, do Ministério do Planejamento, Daniele Cancela, o assessor do Gabinete do Procurador-Geral da República, Santiago Varela, a diretora da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Maria da Conceição da Silva Azevedo, e a assistente de Programas para a Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho da OIT, Rafaela Egg.



Programa Pró-Equidade de Gênero II

A oficina faz parte do projeto cooperação técnica Promoção da Igualdade de Oportunidades de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho, firmado entre a SPM e a OIT. De acordo com a coordenadora da área do Trabalho da SPM, Eunice Léa de Moraes, essa oficina é fundamental para

O Supremo Tribunal Federal (STF) realizou nesta terça-feira (16/9) a última sessão das audiências públicas sobre gravidez de fetos anencéfalos. Foram quatro sessões de argumentos, palestras, opiniões, exposições e dados científicos. De um lado, defensores dos direitos das mulheres de decidir sobre prosseguir ou não com a gravidez de fetos sem cérebro. Do outro, aqueles que dizem que ninguém pode tirar a vida do outro, mesmo em casos de anencéfalos. Três dos quatro especialistas ouvidos na manhã desta terça-feira se manifestaram favoravelmente ao direito de escolha da mãe, entre eles a ministra Nilcéa Freire, que na ocasião participou da audiência como presidente do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM).



Fetos anencéfalos II

Nilcéa Freire disse ter uma percepção clara de que muitos discursos apresentados na audiência trataram as mulheres como se as mesmas não tivessem a capacidade de tomar decisões sobre seu corpo e sobre sua vida e que, portanto, necessitam de tutela. "As mulheres não necessitam de tutela, mas sim de informação e apoio. As mulheres são sujeito de direitos e têm o poder de tomar decisões", declarou. Ao final, a ministra afirmou: "nós lutamos muito para que os direitos fossem reconhecidos, agora é preciso que eles sejam garantidos e efetivados através de políticas públicas, e é isso a que o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) se propõe, inclusive o direito de escolher e viver plenamente a maternidade da maneira como cada mulher entender que o deva fazer".



Fetos anencéfalos III

Na audiência, o representante da Associação Brasileira de Psiquiatria, o médico Talvane Marins de Moraes disse que a instituição também é favorável ao direito de escolha. "Do ponto de vista da saúde mental, a mulher deve ter o direito de ser poupada de tal sofrimento. O direito de escolha é fundamental", afirmou. Para ele, o sofrimento psicológico pelo qual passa a mulher que já tem consciência de que seu filho é anencéfalo e é proibida de interromper a gravidez é semelhante a uma tortura. "É como se o Estado estivesse promovendo a tortura em uma mulher, que mais tarde pode apresentar um quadro grave de estresse pós-traumático que a leve, em situações extremas, à tentativa de auto-extermínio, ou suicídio", afirmou. Também informou que o Brasil é o quarto país do mundo com maior incidência de fetos anencéfalos, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). "A anencefalia é um problema de saúde pública. É hora de o Brasil decidir sua posição sobre aborto de anencéfalos", disse.



Fetos anencéfalos IV

A socióloga Eleonora Menecucci de Oliveira, representante da Conectas Direitos Humanos e Centro de Direitos Humanos, disse que a legislação brasileira impõe à gestante - já fragilizada pelo diagnóstico médico - um segundo sofrimento: o de ter de correr pelas instâncias judiciais em busca de autorização para interromper a gravidez e, muitas vezes, não a conseguir. "O que esperamos do Tribunal é que poupe a mulher de um processo tão desgastante, que se soma ao sofrimento do diagnóstico. As

aprofundar o diálogo social entre representantes de governos, empresas e sociedade civil, além de contribuir com a formação e valorização das coordenações das organizações públicas e privadas participantes do Programa Pró-Equidade de Gênero. O Pró-Equidade de Gênero é uma das ações do capítulo I "Autonomia Econômica das Mulheres e Igualdade no Mundo do trabalho com Inclusão Social", do [II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres](#) (PNPM). Seu objetivo é promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no âmbito das empresas públicas e privadas.



Mão na massa I

Começou no dia 1º de setembro, no Rio de Janeiro, a terceira turma do Projeto Mão na Massa - Mulheres na construção civil. Promovido pela Federação de Instituições Benéficas (FIB-RJ) com o apoio da Petrobras, Eletrobrás e Abrigo Maria Imaculada, o curso qualificará 40 mulheres, moradoras de comunidades de baixa renda, como pedreiras e carpinteiras de forma. Ao fim do curso, as mulheres receberão certificado do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e serão encaminhadas para as centrais de intermediação

mulheres devem ter o direito de optar por interromper a gestação, assim como as mulheres que optam por manter a gravidez já o têm", afirmou. Já a médica Elizabeth Kipman Cerqueira, especialista em ginecologia e obstetrícia, defendeu claramente a não-interrupção da gravidez nestes casos. Segundo ela, dentro do útero não é possível decretar a morte encefálica do bebê durante a gestação, uma vez que este tem atividade cerebral mesmo após identificada a anencefalia. "A discussão de feto anencefálico é apenas uma estratégia para ampliar a questão do aborto", declarou.



Decisão da mulher

Na terceira sessão sobre interrupção da gravidez de anencéfalos, ocorrida em 04/09, no STF, a socióloga e cientista política Jacqueline Pitanguy, integrante de notório saber do CNDM, reafirmou a posição do conselho de escolha da mulher sobre a continuidade ou interrupção de gravidez, sobretudo no caso de gestações de fetos anencéfalos. Jacqueline Pitanguy lembrou que a lei que rege os transplantes (9.434/97) tem como critério para o reconhecimento do óbito a morte encefálica ou morte cerebral. "Isto significa que o conceito de vida está intimamente ligado às funções cerebrais que nos tornam seres humanos capazes de pensar, sentir, interpretar de diversas formas o mundo, sonhar e relacionar-se". A partir desse entendimento, Jacqueline disse que a ausência de cérebro deve ser compreendida como ausência de vida e se essa interpretação vale em caso de atropelamento, em que é diagnosticado o falecimento daquela pessoa, deve ser também estendida ao conceito anencéfalo. "Creio que não caberia, nessa circunstância, um debate filosófico sobre a vida", afirmou.



Posição do CNDM

Em nome do CNDM, a socióloga disse que "o direito de escolha é um ato de proteção e solidariedade à dor e ao sofrimento das mulheres que vivenciam uma gravidez de feto anencéfalo, anomalia incompatível com a vida em 100% dos casos". No entanto, deixou claro que defende a interrupção voluntária da gravidez e do direito de escolha da mulher, para que aquelas que desejarem continuar com a gravidez nessa circunstância estejam amparadas pela lei e pelo sistema de saúde. No mês de agosto, o CNDM solicitou ao STF sua participação na audiência pública. O relator da ação ministro Marco Aurélio Mello não apenas deferiu como também considerou importante a participação do CNDM. Também adiantou que a matéria deverá ser enfrentada pelo Plenário do STF em novembro.



Pacto Nacional

Pernambuco é o 13º estado a dar andamento ao Pacto Nacional. A ministra Nilcéa Freire, da SPM, assinou termo de cooperação e convênio com o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, para execução do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, durante cerimônia no Palácio do Campo das Princesas, em Recife, no dia 2 de setembro. O acordo estabelece um regime de colaboração mútua para execução de ações cooperadas visando à implementação do Pacto Nacional

de mão-de-obra do Ministério do Trabalho e Emprego. A aula inaugural realizada no Espaço Cultural Cedim, contou com a presença da ministra Nilcéa Freire, da SPM, da superintendente de Direitos da Mulher e Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Cecília Teixeira Soares, da gerente de Responsabilidade Social da Petrobras, Janice Dias, da gerente de Responsabilidade Social da Eletrobrás, Tereza Cristina Pinto, da presidente da Federação de Instituições Benéficas do Rio de Janeiro e diretora do Abrigo Maria Imaculada, Deise Gravina, e da coordenadora do projeto, Norma Sá, dentre outras autoridades.



Mão na massa II

Na aula inaugural, foram entregues o diploma para 50 alunas participantes da segunda turma, iniciada em março. Segundo pesquisa realizada no início desse curso, 72% delas tinham experiência em construção civil e 89% desse total realizava serviços em benefício próprio. E agora, antes mesmo da formatura, 15% dessas alunas já estão empregadas em obras das empresas Cofix, Geomecânica, Estratégia e 10% delas prestam serviços autônomos.

pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. As outras unidades da federação onde o Pacto Nacional está em andamento são: AM, BA, CE, ES, PA, PE, RJ, RS, SP, DF, MG, MA e MS.

Assassino confesso tem pena reduzida

O jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves assassino confesso de sua ex-namorada, Sandra Gomide, teve sua pena reduzida de 18 para 15 anos. A defesa do assassino queria que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulasse o julgamento no qual ele foi condenado. Os ministros recusaram esse pedido, mas decidiram reduzir a pena porque entenderam que no cálculo original existiam exageros, como levar em conta o sofrimento da família de Sandra, informou o STJ. Apesar da condenação, Neves continua solto já que sua sentença condenatória prevê que ele pode aguardar em liberdade até que o caso tenha transitado em julgado. Ou seja, até que sejam esgotadas todas as chances de recurso, Pimenta continuará longe das grades. No mês passado, o crime completou oito anos. Em todo este tempo Pimenta Neves cumpriu apenas sete meses de reclusão, em 2001. Pimenta era chefe de Sandra na redação de "O Estado de São Paulo". Inconformado com a decisão de Sandra de terminar o namoro de quatro anos, o jornalista a matou no Haras Setti, em Ibiúna (SP). Sandra tinha 32 anos e Pimenta, 63.

Projeto Mão na massa

Durante quatro meses, as alunas terão aulas teóricas e construção em ambiente fechado. Para que ganhem mais segurança, a etapa prática será desenvolvida em dois meses com supervisão de uma engenheira, um arquiteto e uma técnica de edificações. Esse trabalho renderá uma obra social ao município. As alunas serão certificadas pelo Senai e poderão trabalhar na função de meio-oficial em canteiros de obra, cargo situado acima do de ajudante e servente. O projeto Mão na Massa - Mulheres na construção civil foi criado a partir de uma pesquisa realizada em 2007 com 216 mulheres, familiares de crianças atendidas no Abrigo Maria Imaculada. Dirigido para mulheres de 18 a 45 anos, de baixa renda, que tenham cursado até a 5ª série do ensino fundamental, o projeto oferece também cursos de qualificação social, com a valorização do auto-conhecimento e o estímulo a práticas eficazes de preservação do meio ambiente e consumo responsável, e de orientação na gestão de um negócio.

Expediente:

ASCOM/SPM
Jornalista responsável:
Gabriela do Vale (DF 2488JP)
Editoração: ASCOM/SPM
Telefone: (55 61) 3411-4214
spmimprensa@spmulheres.gov.br

Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -
Zona Cívica Administrativa
70150-900 Brasília DF
Telefone: (61) 3411-4330 e 3411-4246
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br

O conteúdo do boletim pode ser
reproduzido parcial ou totalmente,
desde que seja citada a fonte.